

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A Comissão Nacional do Livro Didático (1938- 1945) no Arquivo Gustavo Capanema:
um capítulo à parte.**

Rita de Cássia Cunha Ferreira*

Resumo: O arquivo pessoal de Gustavo Capanema possui importantes documentos referentes às políticas públicas realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde durante o regime do Estado Novo. No que tange a política educacional, especificamente o controle da produção e uso dos livros didáticos, o arquivo possui projetos de lei, parte dos papéis administrativos da secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático, cartas e rascunhos que permitem o mapeamento da influência de diversos setores, como os católicos, militares e editores no processo de elaboração das leis. A forma como Capanema, autor do projeto, se apropriou destes elementos externos para reformulação da proposta inicial e a disposição do que seria guardado ou não sobre esta atividade do MES, compõem uma linha, ainda que frágil, do percurso das idéias no campo político e as interferências do meio social.

Palavras - chaves: Estado Novo – Políticas educacionais – livros didáticos

Abstract: The personal archive of Gustavo Capanema contains important documents which refer to some of the public policies that the Brazilian Ministry of Health and Education implemented during the regime of the New State (Estado Novo). In respect to the National Educational Policy, more exactly about the control on production and use of didatic books, the archive holds law projects, as part of administrative documents of the Department of National Commission of Didatic Book, some letters and drafts that permit mapping the influence of several segments, such as catholics, militants and publishers in the process of making laws. The way in wich the author of this project (Capanema) made use of all these external elements to reformulate the initial proposal and the arrangement of what would be hold or not about the MES (Ministry of Health and Education) activity, compounds a line of the political ideias and the social enviroment interference.

Key- words: New State – Educational policies – didatic books

Os arquivos pessoais tornaram-se importante fonte histórica porque além de fornecerem documentos relevantes para a construção de uma história da escrita de si, por meio da análise de correspondências, diários e memórias, quando o arquivo pertence a uma autoridade política, como no caso de Gustavo Capanema, ele oferece também uma série de documentos referente à sua atividade como homem público, possibilitando o mapeamento do processo de construção de um projeto estatal e preenchendo com documentos inéditos lacunas de trabalhos bibliográficos que partem somente de fontes oficiais encontradas em arquivos

* Unesp- Assis , mestranda, bolsista CNPq.

públicos que, muitas vezes, para determinados períodos e temas, possuem documentação esparsa que não permitem a problematização de uma pesquisa mais aprofundada.

Importantes trabalhos que tratam das políticas públicas de cultura e educação desenvolvidas entre os anos de 1930 e 1940 encontram no arquivo pessoal de Gustavo Capanema um forte aliado. Doado pelo titular, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - RJ) em 1980, o arquivo possui mais de 200 mil documentos composto entre manuscritos, livros, folhetos, periódicos, recortes de jornais, mapas, plantas, fotografias e discos que variam entre os anos de 1914 e 1982¹. Os trabalhos desenvolvidos por esta instituição apresentam balanços significativos sobre as potencialidades de pesquisas no arquivo², porém, o esforço interpretativo se atém, na maioria das vezes, a análises amplas que delimitam as rupturas e continuidades das políticas públicas que se desenvolveram no período e as que se seguiram pós Estado Novo.

Ainda são poucos os trabalhos que empreendem análises verticalizadas do período, a fim de avaliar em detalhes, os pequenos alicerces que constituíram a ação do ministério, especificamente no campo educacional, que nem sempre seguiu uma linha contínua e unidirecional.

A Comissão Nacional do Livro Didático foi a primeira comissão instituída pelo Estado brasileiro com objetivo de centralizar o controle da produção, utilização e autorização dos livros escolares em todo território nacional. A iniciativa avaliava tanto aspectos ideológicos como questões técnicas e pedagógicas e fazia parte de um rol de medidas intervencionistas no campo educacional com objetivo de propagar uma leitura de mundo ampla e homogênea de acordo com interesses estatais.

Posta num alto posto da hierarquia administrativa do Ministério juntamente com a Comissão Nacional do Ensino Primário (1938), a Comissão Nacional do livro Didático estava submetida diretamente às decisões do ministro e equiparada ao poder de influência do Conselho Nacional de Educação. A política estabelecida dentro destes dois grupos era fundamental para organizar de maneira correta, a identidade nacional proposta pelo governo e suas decisões influenciavam diretamente na ação de seções inferiores, era só depois de passar pelo filtro delas que o departamento nacional e as divisões de ensino poderiam tomar medidas referentes às questões discutidas.

A preocupação com o que seria veiculado nos livros didáticos, tanto nos aspectos técnicos como formatação, material, feições gráficas e valor didático, como no conteúdo, com a difusão do idioma e noções básicas de geografia e história da pátria, formação cívica e moral que determinariam a base da formação do cidadão político, exigiram uma série de

estudos preliminares por parte do Ministério de Educação e Saúde na tentativa de organizar da melhor maneira possível o controle desta política.

Embora a organização estatal tenha elaborado o projeto em seus mínimos detalhes a atuação da Comissão Nacional do Livro Didático mostrou-se precária e ineficiente causando polêmica entre autores, editores e opinião pública. A lentidão na avaliação dos processos, o conflito ideológico entre os censores e a estreita relação destes com as editoras impossibilitaram a realização plena do projeto estatal, o que pode ser visto diante da dificuldade de se localizar livros didáticos do período que tenha algum indício de ter passado pelo processo de avaliação. As pressões externas levaram a modificações constantes do projeto e os resultados esperados não foram significativos para tornarem-se objeto de um estudo mais aprofundado no campo da história da educação.

Porém, no que refere ao percurso das idéias no campo político, o arquivo pessoal de Gustavo Capanema apresenta, nas pastas referentes à Comissão nacional do Livro Didático, um rico material que desvenda parte dos bastidores de uma política de Estado e os meandros de sua elaboração que estão relacionados a aspectos não só ideológicos, mas também as redes de sociabilidades, interferência de grupos com interesses políticos e econômicos, como no caso das editoras, que exigiam o remanejamento constante na proposta do projeto e sua prática.

Composto por aproximadamente 200 documentos que vão desde rascunhos de projetos de lei e documentos oficiais, relatórios e atas pertencentes à secretaria da comissão, cartas e manuscritos, o arquivo torna-se peça chave não só porque Gustavo Capanema esteve à frente do ministério durante onze anos consecutivos dando continuidade e estabilidade às políticas desenvolvidas pelo governo, como reuniu em torno de si intelectuais de diferentes matizes políticas, abrindo um leque de possibilidades na seleção dos funcionários que constituiriam o sistema burocrático do ministério.

Ministro da Educação, idealizador e responsável pelo encaminhamento do projeto, Gustavo Capanema reuniu em seu arquivo pessoal uma série de documentos oficiais e confidenciais que possibilitam o mapeamento da influência de diversos setores, como católicos, militares e editores no processo de elaboração das leis.

Dentro do arquivo é possível perceber o cuidado com a construção do projeto e delimitações que seriam impostas pelo decreto-lei, por meio do número de rascunhos e cartas com sugestões de acréscimos e supressões de diferentes órgãos educacionais e como, ao longo de um ano a proposta foi se delineando até tomar a forma oficial no decreto-lei 1006 de dezembro de 1938. A minuciosidade com que foram escolhidos os censores que constituiriam

a comissão de avaliação dos livros, com extensivas listas de possíveis integrantes que deveriam ser escolhidos de maneira adequada para por em prática o projeto estatal e o volume de correspondências tanto de setores internos do governo como de educadores e editores que, de alguma maneira, opinavam e interferiam na construção da lei.

Após a publicação do decreto-lei e da efetivação da Comissão Nacional do Livro Didático, Gustavo Capanema guardou as atas e relatórios elaborados dentro da secretaria da comissão e dispensou atenção especial aos entraves do desenvolvimento da política diante de questões que não haviam sido planejadas anteriormente, como o excesso de livros que chegavam para avaliação e o pequeno número de censores para realização dos trabalhos. De acordo com os relatórios elaborados pela secretaria da comissão há indicações de que até maio de 1941 haviam dado entrada ao processo de avaliação 1986 livros escolares de diversas áreas e deste total apenas 40 haviam sido examinados e 44 em andamento.³

Cartas de editores e departamentos de ensino de diferentes estados reclamavam sobre a demora no processo de avaliação, com novas sugestões e críticas ao encaminhamento dos trabalhos e a íntima relação entre os censores, muitos dos quais eram autores de livros didáticos, fizeram com que o decreto-lei fosse revogado inúmeras vezes em questões relativas a fixação de prazos para entrega das avaliações que não chegaram aos resultados esperados pelo Ministro até o final de 1942 com o declínio do regime do Estado Novo.

Porém, a forma como Capanema, autor do projeto, se apropriou destes elementos para reformulação da proposta inicial e a disposição do que seria guardado ou não sobre esta atividade do Ministério de Educação e Saúde, demonstram que, os esforços de intervenção do Estado nesta política de controle estavam sujeitos a fatores e intersecções que iam além das questões ideológicas e compõem uma linha, ainda que frágil, do percurso das idéias dentro do ministério e a maneira como elementos externos influenciaram a dinâmica política.

¹ FRAIZ, Priscila. Arquivos pessoais e projetos autobiográficos: o arquivo Gustavo Capanema. In: GOMES, A. (org). *Capanema: o ministro e seus ministérios*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

² Doado em 1980, o arquivo Gustavo Capanema, devido ao seu grande volume documental, demandou anos para o mapeamento e organização do acervo para depois ser aberto ao público. A publicação do livro *Tempos de Capanema* (1984), foi a primeira tentativa de investigação sobre o conteúdo do arquivo. Entre 1997 e 2001 em decorrência das comemorações dos 60 anos do início do regime Vargas, do centenário de nascimento de Gustavo Capanema e do cinquentenário do suicídio de Getúlio Vargas publicou-se outros novos balanços como: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; GOMES, Ângela C. (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; a reedição de SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. / Simon Schwartzman; Helena Bomeny e Vanda Costa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000 e BOMENY, H. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

³ Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta IV, fotolito 838/1 e 839. Data: 12 de maio de 1941. CPDOC – Rio de Janeiro.